

Gestão política e desenvolvimento na região oeste de Santa Catarina

*Oscar Rover**

Resumo

Este artigo analisa a interdependência entre gestão política (presença ou ausência do Estado e suas políticas) e desenvolvimento na região oeste de Santa Catarina, no último século. Compreende-se que a história da região pode ser descrita em quatro períodos históricos que expressam alterações consistentes na relação entre gestão política e desenvolvimento regional. Desde o período anterior à sua colonização, quando a região estava pouco integrada a outros territórios, até os tempos atuais, o oeste catarinense passou por transformações que não podem ser explicadas sem a presença ativa do Estado. Este, com políticas e marcas específicas em cada momento, é o principal ator social na configuração da região. Enquanto nos tempos mais distantes, que remontam ao início do século XX, se iniciava a presença mais ativa do Estado. Nos tempos recentes a região está cada vez mais integrada a processos que ocorrem em escala nacional ou internacional.

Palavras-chave: Região. Desenvolvimento. Gestão política.

Introdução

Este artigo analisa a relação de interdependência entre gestão política e desenvolvimento na região oeste de Santa Catarina. Entende-se que esta região se caracteriza como um território predominantemente rural. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, territórios rurais são aqueles que têm “por base microrregiões geográficas que apresentam densidade demográfica menor que 80 hab./km², população média de até 50.000 habitantes por município e relevante vinculação das atividades humanas com a base de recursos naturais” (SDT/MDA, s/d). Os territórios rurais têm sua trajetória de desenvolvimento marcada pela ausência de diversas políticas de desenvolvimento. A história da gestão política do desenvolvimento no oeste catarinense se vincula com a história de seu crescimento econômico, suas transformações sociais, com a relação entre grupos sociais existentes e a natureza, bem como, certamente, com a presença ou ausência do Estado e suas políticas.

Quanto à presença ou ausência do Estado se pode abstrair a ocorrência de 04 grandes períodos históricos da relação entre gestão política e desenvolvimento da região oeste catarinense: um anterior à colonização por descendentes de europeus, até o início do século XX; outro da colonização propriamente dita da região por descendentes de europeus, que se pode recortar entre 1917 e a década de 1960; o período da modernização da agricultura e da agroindustrialização verticalizada, que tem fôlego maior durante o ‘milagre econômico brasileiro’ da década de 1970 e avança até meados da década de 1980; e o período contemporâneo, marcado inicialmente pela crise pós milagre econômico e suas derivações, seguido de novos processos, dentre os quais se destaca a descentralização do Estado e a constituição de programas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Apesar de suas especificidades, com o passar do tempo e com variações de anos ou décadas, a região está cada vez mais integrada a processos

que ocorrem em escala nacional ou internacional. Isto ocorre, especialmente, a partir do processo de industrialização e da modernização agrícola brasileira.

Quatro períodos históricos das relações entre gestão política e desenvolvimento na região oeste de Santa Catarina

1º período

O primeiro período da relação entre gestão política e desenvolvimento da região oeste de Santa Catarina, anterior à colonização por descendentes europeus, é marcado pelo convívio dos grupos sociais indígenas (Kaingang e Guarani) e caboclos, e pela ausência do Estado. Neste período havia as formas de gestão que as comunidades indígenas e caboclas adotavam e alguma ação pontual do Estado brasileiro ou catarinense na região. Não havia, porém, um ente estatal que articulasse ações de desenvolvimento para o território regional, como se verificou nos períodos seguintes.

2º período

O segundo período é marcado pelo início de uma forte presença estatal, no começo do século XX, podendo ser indicados como marcos de origem a Revolta do Contestado e a subsequente criação dos municípios de Chapecó e Joaçaba em agosto de 1917. As informações históricas indicam que a maior presença do Estado na região, a partir daí, foi provocada justamente pela intenção de controlar os ânimos sociais exaltados com 03 anos da Revolta do Contestado. Para Piazza (1982), na região do Contestado, da qual o Oeste Catarinense faz parte, havia uma série de problemas que contribuíam para provocar as disputas na região:

Interesses econômicos (na época, dada a conotação da erva mate, a região contestada era detentora das maiores reservas nativas desta planta, e era, também, área de criatório), sociais

(com problemas de posse de terras, questionadas face a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul e de seus direitos territoriais daí advindos; além de um processo de formação de segmentos sociais marginalizados, devido à estrutura da sociedade pastoril, da própria construção da estrada de ferro), religiosos-culturais (a formação e desenvolvimento de uma cultura religiosa, propiciada pela aceitação de líderes messiânicos) e políticos (a colocação antagonônica de líderes regionais – coronéis – pendendo para a facção de cada um dos estados litigantes (PIAZZA, 1982, p.251).

Observa-se na citação de Piazza que a referência a problemas políticos não se devia ao posicionamento dos coronéis, líderes regionais, e não por ações mais ou menos acertadas por parte do Estado, que não poderia tê-las, já que sua marca na região era principalmente sua ausência. Nesta região, que foi incorporada ao estado de SC em 1917, começa a partir de 1919 a concessão de terras para empresas colonizadoras, as quais tinham por missão ocupar mais densamente o território através de mecanismos de compra e venda das terras, Assim se inicia a colonização da região sem levar em conta a questão dos posseiros que viviam nas terras à época (WERLANG, 1994).

Esta foi a primeira grande ação estatal no oeste catarinense, sendo que Renk (2005: 114) afirma que “a colonização a partir da década de 20 deste século é tida como o marco zero da história oficial da região”. Apesar da iniciativa do Estado em ampliar sua presença e da colonização que já ocorria havia dez anos, em 1929, Ferreira da Costa relata que mais a extremo-oeste havia “populações brasílicas que se estavam desnacionalizando” (COSTA, 2005, p.23) e “não havia escola, nem justiça, nem administração, nem organização política” (idem: 48). Na região de Dionísio Cerqueira, “todos os contractos são lavrados no território argentino, onde existem esses elementos indicativos da autoridade pública” (idem: 49). Ferreira da Costa acompanhou a incursão do presidente do estado de Santa Catarina à região, a qual se tornou conhecida por Bandeira Konder. Segundo ele, a passagem da Bandeira Konder pelas margens do rio Uruguai, “em cada povoado da margem catarinense deixou (...) um marco frizante e benefício de sua passagem; novas

estradas, linhas telegraphicas, agencias de correio, escolas primárias, providências fiscaes, autoridades policiaes” (idem, 2005: 34). Estas foram as principais marcas da época para a política pública na região, com um Estado que estava ainda estabelecendo seus instrumentos básicos de intervenção e controle. O processo de colonização e a crescente presença do Estado, neste período, se fizeram de forma altamente seletiva, sendo beneficiadas as empresas colonizadoras e os descendentes de europeus, e excluídos de suas terras os caboclos sem título de posse e os indígenas. Mas independente de suas mazelas ela se efetivou.

A colonização do Oeste se fez rápida e exponencialmente. De 1920 a 1940, temos 10.340 migrantes. Nos dez anos seguintes, 1940 a 1950, 22.801. As décadas de 50 e 60 são as que mais atraíram gente pra lá. De 1950 a 1960, temos 48.664 migrantes. Na década seguinte, 61.730. Em 1980, quase a metade da população regional não era natural do município onde residia, o que dá uma idéia da intensidade da migração (PAULILO, 1996, p. 111).

Entre 1917 e a década de 1960 a colonização foi mais que o marco zero da história oficial da região, ela demarcou importantes configurações que condicionaram sua continuidade histórica. A exclusão de indígenas e caboclos, e o povoamento intenso do território com descendentes de europeus (especialmente de italianos, alemães e poloneses) são apenas exemplos de transformações que trazem suas marcas até hoje.

3º período

Á seguir a implantação da colonização, com todas as suas conseqüências, na década de 1970 ganha força o período da modernização da agricultura e da agroindustrialização verticalizada, que avança até meados da década de 1980. Neste período se constitui uma forte integração da economia e da política regionais com processos ocorridos em escala mais ampla, merecendo destaque o chamado “milagre

econômico brasileiro” e sua realização sob a gestão política de uma ditadura militar. Falando do modelo desenvolvimentista adotado nacionalmente, Mussoi (2003) afirma que a extensão rural, a pesquisa, bem como outras políticas de desenvolvimento rural do Estado de Santa Catarina foram dirigidas para ratificar, em nível estadual, o modelo nacional. O Estado, em seus níveis estadual e federal, teve papel chave na agroindustrialização e modernização da agricultura à época.

Segundo Giese (citado por MICHELS, 1998, p. 224), durante a década de 1970:

O poder estadual ofereceu aos industriais empréstimos e créditos subsidiados e facilidades no recolhimento de impostos devidos, ou mesmo a sua isenção. Neste período o ramo industrial que mais se beneficiou destas ações governamentais foi o dos produtos alimentares. A instalação de novas empresas (por exemplo, a Sadia e a Chapecó) foi financiada através de fundos estaduais como o Fundesc/Procape, permitindo também o re-equipamento das fábricas já existentes.

O Estado conjugou o direcionamento da pesquisa, da extensão rural e do crédito subsidiado para internalização de bens industriais na agricultura, como adubos químicos, sementes melhoradas industrialmente, agrotóxicos, maquinários agrícolas. A região rapidamente respondeu ao processo modernizador. Os agricultores colonizadores traziam desde o Rio Grande do Sul, de onde veio sua maioria, a prática de conjugar agricultura e criação de pequenos animais em suas propriedades. A criação de pequenos animais, especialmente suínos, com a produção de milho para sua alimentação, foi a base para a integração dos agricultores às agroindústrias, as quais se estruturavam com o aporte de muitos recursos públicos. Seja através da integração entre agroindústrias e agricultores, ou da internalização de bens industriais para a produção agropecuária, a ‘revolução verde’ ocorreu na região oeste de Santa Catarina, ampliando velozmente a integração ao mercado de importante número de agricultores.

Este processo não foi linear e muito menos sem seletividades. Para muitas pessoas, grupos sociais e organizações ele representou uma oportunidade, mas para outros representou exclusão via perda de terra e de laços sócio-culturais, etc. Do ponto de vista da gestão política do desenvolvimento, acrescenta-se ainda que “a partir de meados dos anos 70, intensifica-se o fato de que os próprios industriais do setor agroalimentar passam a exercer funções executivas diretas no governo estadual” (MUSSOI, 2003, p. 226). No Estado ou na ação empresarial havia um sentido estratégico que os empresários davam para o desenvolvimento regional, o qual passava por sua modernização e pela integração vertical entre agroindústrias e agricultores. Este terceiro período, portanto, é marcado pela integração da região na política desenvolvimentista nacional, pela implantação da revolução verde, pela constituição de cooperativas de grande porte, pela disseminação de um sistema capilar de integração entre agricultores familiares e agroindústrias, todas com elevada dependência de crédito subsidiado e de políticas forjadas nas escalas estadual e federal.

4º período

O financiamento da modernização da agricultura brasileira se realizou através do endividamento do Estado brasileiro. Na década de 1980 se fizeram sentir seus limites. De uma fase de pujança, com crédito, pesquisa e extensão orientados para implantação do modelo de desenvolvimento rapidamente descrito, ocorre uma etapa de crise e subsequente ajustamento de mercado, de modos de vida e de organização social. Para Mussoi (2003, p. 227), a política agrícola estadual não sofreu grandes alterações qualitativas nos governos dos anos 1980, apesar da restrição de crédito rural que aconteceu em nível nacional. O mecanismo “troca-troca” de fornecimento de crédito, criado pelo governo estadual de 1983-7, com pagamento em produto pelo agricultor representou importante meio do Estado estadual continuar financiando a ‘modernização’ dos territórios rurais.

Apesar das ações do governo de Santa Catarina, a crise da economia nacional se fez sentir no estado a partir de meados da década de 1980, quando se inicia o que hora se denomina de quarto período da relação entre gestão política e desenvolvimento regional.

Segundo Testa et al (1996), vários fatores ocorridos a partir dos anos 1980 influenciaram para gerar uma crise da economia regional, cuja competitividade foi construída numa interação da produção agrícola familiar diversificada com o setor privado agroindustrial, apoiados pelo Estado. Os autores citam como fatores conjunturais que motivaram a crise: a concentração expressiva da suinocultura, a diminuição dos recursos de crédito, o aumento das taxas de juros, o esgotamento dos recursos naturais, a redução da área cultivada de milho e soja, e a redução da rentabilidade de alguns produtos tradicionais como milho e suínos. Acrescentam como fatores estruturais que contribuíram para a crise: a distância dos mercados consumidores, a escassez de terras nobres, o esgotamento da fronteira agrícola, a estrutura fundiária pulverizada, na qual 40% dos estabelecimentos têm menos de 10 hectares de solos, os quais são declivosos e pedregosos, além da numerosa população rural. Os itens que os autores apresentam acima como fatores conjunturais da crise, podem ser melhor definidos como os efeitos regionais da crise do ‘milagre econômico brasileiro’. A concentração da suinocultura, por exemplo, é um reflexo na necessidade de ajustamento a um cenário comercial de redução da rentabilidade da atividade, agora sem créditos subsidiados e mercado comprador facilitado, o que levou as agroindústrias a reduzir os custos de produção ao longo de sua cadeia produtiva.

Um fator importante a ser analisado como reflexo do processo de ‘modernização’ da agropecuária regional e da crise gerada com o fim do milagre econômico é a situação socioeconômica dos agricultores, que ainda representam a maioria da população do território. Ao analisar a situação econômica dos agricultores da região, Testa et alii (1996) afirmam que 5% deles produziam apenas para subsistência, 23% estavam em exclusão, 36% em descapitalização e

apenas 36% eram considerados agricultores viáveis. Muitos dos agricultores denominados inviáveis eram descendentes de europeus, que ao longo das décadas anteriores eram propalados como o verdadeiro potencial de desenvolvimento regional, ao contrário dos caboclos ou mesmo indígenas, estigmatizados como menos afeitos ao trabalho (RENK, 1995). A crise socioeconômica deste período não escolheu etnia ou segmento social, mesmo que tenha atingido com mais força os que já não possuíam terra ou acesso a outros recursos básicos. Certamente muitos agricultores caboclos e mesmo indígenas compunham este grupo dos “não viáveis”.

A exclusão socioeconômica de muitos agricultores produziu êxodo rural, busca de novas áreas de colonização no centro oeste brasileiro, bem como reações em termos de organização política. A partir da década de 1980 os pequenos agricultores tiveram dificuldade de competir no mercado, em função da diminuição dos ganhos sobre os produtos que produziam. A diminuição de sua rentabilidade se deveu à redução dos preços finais dos produtos, à elevação do custo com a incorporação das máquinas, tecnologias e insumos industrializados nos sistemas de produção, ou ainda a exigências de investimentos colocadas pelas agroindústrias. Em muitos casos as propriedades que haviam sido adquiridas por uma família tinham sido divididas entre os filhos e representavam pouca terra para garantir o seu sustento. Neste contexto houve também grandes oscilações no preço dos suínos e a inflação, gerando forte redução na renda dos agricultores familiares. Os camponeses não conseguiam pagar suas dívidas e precisaram se desfazer de bens e até da própria terra (POLI, 1999).

Um forte processo de êxodo rural e de polarização da economia e da população ocorreu desde a década de 1970 e se agravou na década de 1980, no qual famílias inteiras deixavam suas propriedades rurais. A isto Silva (1982) denominou de “modelo de desenvolvimento urbano-industrial”, cuja principal marca é a concentração de ações de infra-estrutura e serviços públicos nos centros urbanos que se industrializavam. Em Chapecó, por exemplo, a população

rural que equivalia a 60% do total em 1970, passou a apenas 8,4% em 2000 (IBGE, 2000). Segundo Mior (2005, p. 86-8), até o início dos anos 80 existia um padrão homogêneo de desenvolvimento rural e regional. Ele fala de um equilíbrio entre produção agrícola familiar diversificada, agroindústria e território que passa a ser quebrado a partir dos anos 80. Acrescenta que “a incorporação de produtores, típica do período anterior aos anos 80, dá lugar a um intenso processo de seleção/concentração/exclusão de suinocultores familiares”. Ressalve-se que a suinocultura foi a principal atividade econômica da região antes de sua crise nos anos 80, gerando amplo processo de concentração e seletividade dos produtores e empresas conforme seu grau de eficiência econômica.

A partir dos problemas e crises ocorridos na produção familiar da região, surgiram movimentos sociais rurais, como o Movimento dos Sem Terra, o Movimento dos Atingidos por Barragens, das Mulheres Agricultoras, além de um forte sindicalismo de trabalhadores rurais, de oposição, articulado com a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A origem destes movimentos e organizações populares está muito marcada pela ação de igrejas cristãs, em especial a católica, através de encontros em grupos de reflexão e suas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Membros importantes das igrejas da região tiveram bastante influência da vertente teológica conhecida como teologia da libertação.

A organização dos movimentos sociais ocorre inicialmente nos espaços próprios da igreja, ganhando autonomia com o passar do tempo, sendo que alguns deles, nascidos na região, possuem hoje abrangência e capacidade organizativa nacional. Desde sua origem, estes movimentos produziam diretrizes regionais que orientavam as reflexões e ações gerais e locais. Referindo-se à dinâmica de organização dos sem terra, Poli (1999) comenta que além dos encontros regionais (específicos ou junto com outras lideranças da Comissão Pastoral da Terra - CPT), havia em cada município outros dois níveis de discussão e encaminhamento da organização, um municipal com os líderes comunitários e, a partir dele, encontros nas comunidades

sob coordenação daqueles líderes. Em processos organizativos que se capilarizavam da dimensão regional às comunidades rurais, construiu-se uma crítica social à revolução verde e suas conseqüências, bem como novos atores sociais com forte atuação política e econômica na região (POLI, 1999; COSTA CURTA, 2000). Com o passar de poucos anos os movimentos já possuíam lideranças e dinâmicas organizacionais próprias, sendo que eles:

Representam um salto qualitativo na história da participação política do campesinato brasileiro, porque pela primeira vez o mesmo conseguiu construir movimentos politicamente autônomos, capacitados a intervir no jogo político da sociedade abrangente, negociando diretamente os seus interesses, sem necessidade de representantes externos ao grupo. Nesse sentido representam um passo à frente mesmo em relação às ligas camponesas, uma vez que os seus centros de decisão são controlados por lideranças e intelectuais construídos no interior do próprio movimento, sem a tutela de nenhum partido ou organização política tradicional (POLI, 1999, p. 165).

Outras organizações, movimentos e redes foram criados posteriormente, a partir destes movimentos e organizações populares. Ao contrário dos primeiros, cujo foco era a formação e organização política e social, os novos foram mais marcados por uma preocupação de viabilização econômica do público a eles ligado. A diversidade de organizações que se poderia citar é grande. Em função do foco de análise deste artigo se menciona neste momento apenas a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO) e a Associação das Cooperativas Produtoras de Leite do Oeste Catarinense (ASCOOPER). Merece menção que estas organizações dão continuidade a uma das principais marcas dos movimentos populares citados, que é a definição preliminar de estratégias regionais, as quais são posteriormente capilarizadas à sua rede organizacional que vai até as comunidades rurais.

A criação dos movimentos sociais no campo integrou um processo mais geral que a sociedade brasileira viveu, buscando superar o autoritarismo e construir uma nova política de base, questionadora

da centralização do poder político e econômico no país. Todos eles foram organizados na região durante a década de 1980 e apesar de sua atuação a:

Tônica centralizadora e pouco participativa da formulação e gestão das políticas públicas agrícolas (...) segue até finais dos anos 80, início dos anos 90, quando, resultado dos ‘ventos democratizantes’ e da pressão dos movimentos sociais, a sociedade começa a reivindicar maior participação e protagonismo na decisão de seu presente e futuro (MUSSOI, 2003, p. 229).

O quarto período da relação aqui proposta entre gestão política e desenvolvimento na região oeste de SC, assim, é marcado pela crise do ‘milagre econômico brasileiro’; por um arrefecimento da modernização intensiva da agropecuária; por ajustes econômicos que geraram forte seletividade e exclusão socioeconômica; por uma redução da participação do Estado na economia, particularmente no que se refere ao crédito subsidiado; bem como por uma reação de forças sociais subalternizadas por este processo, formando movimentos e organizações sociais de reação. Do Estado se originam várias respostas a esta nova configuração colocada. A democratização, a descentralização e desconcentração da gestão política são consequências da revisão da constituição federal em 1988 e da do Estado de Santa Catarina em 1989. A Constituição Federal de 1988 é definida como descentralizadora e a partir dela se ampliou velozmente o número de municípios na região, no estado e no país. A partir daí, o Estado abre e amplia significativamente mecanismos de participação social na construção de políticas públicas. Diferentes movimentos e organizações sociais têm ampliada sua oportunidade de interferir na gestão política do desenvolvimento, seja nos municípios ou na região. Demandas de muitos destes movimentos e organizações passam a ser incorporadas às novas políticas nacionais ou voltadas para a região (ROVER, 2006).

Nos tempos recentes, o Estado não deixou de apoiar ou ter ação estrutural junto a setores empresariais, seja em agroindústrias de

grande ou menor porte, seja na construção de hidrelétricas, ou em outros setores empresariais. Contudo, é marcante neste novo contexto histórico, regional ou nacional, o papel dos movimentos sociais do campo para demonstrar a importância da agricultura familiar em garantir a oferta de alimentos para a população nacional, crescentemente urbana. A construção do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e de outras políticas sociais para os territórios rurais representou uma nova fase de desenvolvimento para a região oeste catarinense, bem como para outros territórios onde predomina a agricultura familiar. Sejam as aposentadorias especiais para os trabalhadores rurais iniciadas na década de 1990, ou os programas de fornecimento de energia elétrica para 100% das residências e de habitação rural, em todos há uma importante política social do Estado brasileiro. Articulado entre os 3 níveis (municípios, estado e união), mesmo que de forma limitada, estas e outras ações estatais oferecem uma condição menos difícil para que os habitantes dos territórios rurais ali permaneçam. Se por um lado hoje se verifica um processo de “envelhecimento” e “masculinização” da população dos territórios rurais, por outro, o êxodo rural com saída de toda a família é um fenômeno social pouco expressivo. Programas dirigidos a agricultores familiares: de comercialização (Compra Direta), de crédito (Pronaf) ou de assistência técnica (Microbacias), bem como políticas sociais como as citadas acima, são elementos das novas configurações da gestão política que produzem importantes alterações no atual momento da região.

Considerações finais

Dos quatro períodos relatados, à exceção do primeiro no qual não se identifica a presença clara do Estado na região oeste catarinense, nos outros três ele é o principal ator que condiciona os processos de desenvolvimento regional. Isto ocorre no segundo período quando ele define por uma ocupação ordenada do território através de levas de colonização; no terceiro quando ele orienta

crédito subsidiado, pesquisa e extensão rural para a modernização da agropecuária e para estruturação do sistema integrado de agroindustrialização vertical; e no quarto quando via descentralização se criam muitos municípios, se abrem diversas formas de governança local/regional do desenvolvimento, bem como a ampliação de políticas sociais como habitação e aposentadoria rural, além do crédito rural dirigido para a agricultura familiar.

Merece destaque no período contemporâneo, em especial após meados da década de 1990, a presença de políticas sociais para os territórios rurais. O Estado manteve sua presença no apoio aos setores empresariais, mas efetivou um rearranjo de sua atuação com políticas voltadas a setores mais vulneráveis e aos agricultores familiares. No que se refere às políticas sociais, antes do quarto período aqui relatado se verificava mais a ausência do que a presença do Estado. A ampliação das políticas sociais e do apoio à agricultura familiar, a partir de meados da década de 1990, não é uma especificidade para a região oeste de Santa Catarina. Seus reflexos nas novas configurações de desenvolvimento regional, no entanto, são notórios.

Notas

*Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor titular da Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

Referências

COSTA, Arthur F. da. O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista. In: CENTRO DA MEMÓRIA DO OESTE CATARINENSE. **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005.

COSTA CURTA, Luiz. **Laços da Terra: experiências dos grupos de cooperação agrícola em Quilombo/SC**. Dissertação de Mestrado, PUC. São Paulo, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2000.

MICHELS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico, 1956 aos precatórios, 1997**. Ed. EFMS. Campo Grande, 2004.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MUSSOI, Eros M. Políticas públicas para rural em Santa Catarina: descontinuidades na continuidade. In: PAULILO, Maria I.; Schmidt, Wilson (Org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2003.

PAULILO, Maria I. **Terra à vista... e ao longe**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1996.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. BDRE / Ed. Palloti, 1986.

POLI, Odilon. **Leituras em Movimentos Sociais**. Chapecó: Grifos, 1999.

POLI, Odilon. Cultura e modo de vida camponês no Oeste Catarinense: as bases para organização e reação frente à crise dos anos 70. **Cadernos do CEOM**. nº 15. Chapecó: Argos, 2002.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. **CEOM: para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

ROVER, Oscar J. **Desenvolvimento local em territórios rurais: análise de políticas federais no período 1994-2005**. Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Outubro 2006.

SDT/MDA. Desenvolvimento sustentável de territórios rurais: desenvolvimento com todos. Folder de divulgação. Brasília, s/d.

SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1982.

TESTA et alii. O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (proposta para discussão). EPAGRI. Florianópolis, 1996.

WERLANG, Alceu A. A colonização do Oeste Catarinense. In: **Anais do Encontro de Cientistas Sociais: problemática regional e aportes para o futuro.** Vol. I. Unoesc / Unijui / Unam. Chapecó, 1994.

Abstract

This article analyses the interdependency between political management (presence or absence of the State and its politics) and development in the west region of Santa Catarina, during the last century. The history of the region can be described as having four historical periods that express regular alterations in the relation between political management and regional development. From the period prior to the European immigrants' occupation, when the region had a small level of integration with other territories, till nowadays, the West of Santa Catarina has gone by transformations that cannot be fully explained without the active presence of the State. This actor, through specific politics implemented in each period, has played a major role in the configuration of the region. While in the old days (meaning the beginning of the twentieth century) the State was just starting to be actively present, nowadays the region is more and more integrated in the processes which occur in a national or international scale.

Keywords: Region. Development. Political management.

